



Universidade do Minho
Instituto de Letras e Ciências Humanas



Centro de Ética, Política e Sociedade

Ethos e Polis

O ESPECISMO: UMA FORMA DE DISCRIMINAÇÃO INJUSTIFICADA?

CATIA FARIA*

Rubrica em colaboração com o Centro de Ética, Política e Sociedade da Universidade do Minho, que tem por principal objetivo criar diálogo com a comunidade. Poderá colocar qualquer questão nos domínios da teoria política e da ética aos seus investigadores através de ceps@ilch.uminho.pt.

Este ano, a Queima das Fitas de Coimbra ficou marcada pelo fim da garraizada. Uma decisão louvável que acompanha a crescente consciencialização social em matéria de proteção animal. Paralelamente, estima-se que, cada ano, mais de 160 mil milhões de animais não humanos são criados, capturados e mortos brutalmente com o fim de converter-se em produtos alimentários e de vestuário para consumo humano (FAO 2015). Milhões são mortos para experimentação e sujeitos à dor e à angústia do encarceramento e da vivisseção. Vários outros experimentam agonia e desolação, confinados, forçados e frequentemente mortos para entretenimento de populações humanas em inúmeras circunstâncias. Ao mesmo tempo, um número esmagador de animais não humanos são desatendidos quando sofrem por causas alheias à ação humana, como por danos produzidos por diferentes eventos naturais, entre eles, doenças, fome, condições meteorológicas extremas ou catástrofes naturais. Estes fenómenos são manifestações do especismo. Isto é, da discriminação de determinados indivíduos com base na espécie a que pertencem.

Estes animais, tanto os que estão sob exploração humana como os que vivem no meio natural, são indivíduos sencientes. Isto é, têm a capacidade para ser afectados de forma positiva (desfrutar) ou negativa (sofrer) por aquilo que lhes acontece. Ou seja, tal como os seres humanos, têm interesses básicos em não sofrer, em não morrer e em desfrutar das suas vidas. No caso dos animais sob exploração humana, causamos-lhes uns danos que considerá-amos absolutamente injustificado causar a seres humanos em circunstâncias semelhantes. No caso dos animais que vivem no meio natural recusamo-nos a ajudá-los em circunstâncias nas que considerá-amos obrigatório fazê-lo se fossem seres humanos em situação de necessidade si-



milar.

Contudo, não existem fortes razões para considerar de forma diferente interesses similares de humanos e não humanos. Por vezes, pensa-se que, em circunstâncias semelhantes, os interesses de um ser humano e de um não humano têm um peso diferente devido à ideia de que se um indivíduo tem determinadas capacidades cognitivas complexas que lhe permitem, por exemplo, alcançar grandes realizações intelectuais, então esse indivíduo merece maior consideração moral. Não obstante, parece assustador defender que os interesses em não sofrer e em desfrutar da sua vida de, digamos, Marie Curie deveriam ter mais peso que os interesses similares de alguém com um nível cognitivo inferior, como no caso de uma pessoa com diversidade funcional intelectual. Mas, se isto é assim e as capacidades cognitivas não determinam que os interesses de certos seres humanos importem menos que os interesses de outros, então, esse também não po-

de ser um critério para avaliar a importância dos interesses dos restantes animais. Portanto, não existe uma justificação para o trato desvantajoso que recebem os animais não humanos com base na espécie a que pertencem ou noutros factores como o nível de capacidades cognitivas.

O especismo consiste, assim, numa forma de discriminação tão injustificada como outras reconhecidas formas de discriminação. E a razão pela que estão injustificadas é a mesma: considerar ou tratar de forma desfavorável uns indivíduos relativamente a outros, apesar de possuírem interesses semelhantes, baseando-se em critérios moralmente irrelevantes. Quando pensamos em como devemos agir em relação a alguém, a espécie é um critério tão irrelevante como pode ser, por exemplo, o género. Nenhum deles condiciona a capacidade de alguém para sofrer e desfrutar da sua vida e, assim, poder ser prejudicado ou beneficiado pela nossa ação. Assim, e por consistência, se

nos opomos a determinadas formas de discriminação, necessariamente devemos opor-nos a todas as discriminações e não só quando os indivíduos afectados são membros da espécie humana.

Na prática, isto implica alterarmos certos hábitos de alimentação e consumo, de modo que deixemos de participar de todas aquelas práticas que suponham a morte e o sofrimento de animais não humanos, transitando, entre outras coisas, a uma alimentação vegetal. Por outro lado, dada a situação terrível na que se encontra a maioria dos animais, devemos também trabalhar activamente para transformar as atitudes especistas na sociedade e atender, na medida do possível, os interesses daqueles não humanos que se encontram em situação de necessidade, tal como o fazemos quando se trata de membros da espécie humana.

***Centro de Ética, Política e Sociedade da Universidade do Minho**